

ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

DA CONTENÇÃO À DEMOCRATIZAÇÃO

A nova estratégia de segurança americana para o Médio Oriente

Carolina Maria Barata Cordeiro
Lisboa, 20 Janeiro 2005
carolinambc@netcabo.pt

Índice

<i>Resumo</i>	3
<i>A Guerra do Golfo (90-91), o novo equilíbrio regional e as consequências para os EUA</i>	4
O Nascimento de uma ameaça: Irão, Iraque e EUA na década de 80	4
O Fim da estratégia da Dupla Aliança: a Guerra do Golfo (1990-91)	7
A Dupla Contenção: Uma Avaliação	9
<i>O neoconservadorismo, o 11 de Setembro e a nova estratégia americana no Médio Oriente</i>	15
O Neoconervadorismo	15
O Significado Geopolítico do 11 de Setembro	19
<i>Conclusão: Os Desafios da Democratização no Médio Oriente</i>	22
<i>Bibliografia</i>	24

Resumo

Os acontecimentos de 11 de Setembro marcaram um momento de ruptura na estratégia americana para o Médio Oriente. Argumenta-se que a nova estratégia é o resultado do pensamento neoconservador que enforma a Administração Bush e dos interesses político-económicos que se procuram promover na região do Golfo Pérsico. O registo histórico que precedeu o 11 de Setembro é frequentemente esquecido na análise.

Este trabalho procura ter em conta essa insuficiência, argumentando que as causas da nova estratégia dos EUA no Médio Oriente têm de ser procuradas também no fracasso da política americana na região na década de 90, embora reconhecendo que a forma específica da nova estratégia bebe dos princípios neoconservadores.

Assim, no primeiro capítulo é feita a análise custo-benefício da política de dupla contenção proposta por Clinton e dos seus efeitos geoestratégicos. Em seguida, abordam-se os princípios basilares do neoconservadorismo, o significado geopolítico do 11 de Setembro e os traços fortes da nova estratégia americana no Médio Oriente. Conclui-se com uma breve abordagem dos riscos que a nova estratégia de democratização enfrenta.

A Guerra do Golfo (90-91), o novo equilíbrio regional e as consequências para os EUA

“ Sleepless questions/ In the small hours:/ Have I done right?/ Why did I act/ just as I did?/ Over and over again/ The same steps,/ The same words:/ Never the answer.”

Dag Hammarskjöld

*“ As I report to you, air attacks are underway against military targets in Iraq. We are determined to knock out Saddam Hussein's nuclear bomb potential. We will also destroy his chemical weapons facilities. Much of Saddam's artillery and tanks will be destroyed. (...) Some may ask: Why act now? Why not wait? The answer is clear: The world could wait no longer. Sanctions, though having some effect, showed no signs of accomplishing their objective.”*¹ Estas foram as palavras de George H. Bush em 1991. Doze anos mais tarde, repetiam-se os argumentos, desta vez pronunciados por George W. Bush. Em doze anos, e apesar de toda a actividade militar e política que medeou as duas Guerras do Golfo, a ameaça iraquiana manteve-se igual. Porquê?

O NASCIMENTO DE UMA AMEAÇA: IRÃO, IRAQUE E EUA NA DÉCADA DE 80

O Iraque tornou-se a principal ameaça à estabilidade e interesses americanos no Médio Oriente com o fim da Guerra Irão-Iraque (1980-1988)². Em 1988, quando cessaram as

¹ Address to the Nation Announcing Allied Military Action in the Persian Gulf, President George H. Bush, 16 Janeiro 1991. <http://bushlibrary.tamu.edu/research/papers/1991/91011602.html>

² A guerra começou a 22 de Setembro de 1980, quando as tropas iraquianas invadiram o Irão, na esperança de aproveitar o antagonismo entre Irão e Estados Unidos da América (resultante da revolução iraniana de 1979) para

hostilidades, o Iraque era “*um vencedor com o quarto maior exército no mundo e a força mais ameaçadora e poderosa na região*”³. Esta preponderância iraquiana, aliada à retórica agressiva e revisionista do seu líder Saddam Hussein, colocava em risco os interesses americanos na região, a saber: 1) o acesso seguro e a preços razoáveis aos recursos energéticos da região; 2) a segurança do Estado de Israel e a resolução do conflito israelo-palestino; e 3) a segurança dos aliados americanos no Golfo e a manutenção de um equilíbrio de poderes regional favorável aos EUA⁴.

A Guerra Irã-Iraque de 1980 tinha marcado uma alteração estratégica da posição americana no Médio Oriente. Desde o fim da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos tinham tentado manter o *status quo* regional por uma dupla parceria, com a Arábia Saudita e com outra potência regional, tradicionalmente o Irã⁵. A relação estratégica com o Irã, permanente desde 1953⁶, foi abruptamente terminada em 1979 com a revolução iraniana e a tomada da embaixada americana em Teerã⁷. Na sequência destes acontecimentos, e do subsequente

conseguir o domínio do Golfo Pérsico e dos seus recursos. Apesar do fulgor do ataque iraquiano, as forças iranianas conseguiram deter a ofensiva e manter um impasse durante os oito anos que durou o conflito.

³ United States Central Command, *Operation Desert Shield/Desert Storm*, 11 July 1991. Executive Summary. Top Secret, 31 pp., pp. 2, disponível em Richelson, J. T. (2001). "Operation desert Storm: Ten Years Later." Electronic Briefing Book <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB39/> 2004(15 December).

⁴ Tillman, S. P. (1982). The United States in the Middle East, interests and obstacles. Bloomington: Indiana University Press, pp. 50 e ss., Pinto, M. d. C. (2003). "Infiéis na terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 15.

⁵ Tillman, S. P. (1982). The United States in the Middle East, interests and obstacles. Bloomington: Indiana University Press, Taylor, A. R. (1991). The superpowers and the Middle East, 1st Edition. Syracuse, N.Y.: Syracuse University Press, Cordesman, A. (1998a). Iran, Iraq and the structure of Gulf Alliances. Washington DC, Center for Strategic and International Studies, Little, D. (2002). American orientalism : the United States and the Middle East since 1945. Chapel Hill: University of North Carolina Press, Pinto, M. d. C. (2003). "Infiéis na terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

⁶ Em 1953 deu-se um golpe de estado apoiado pela CIA, em que o primeiro-ministro iraniano Mohamed Mossadeg, líder nacionalista e oposto aos interesses americanos na região, foi deposto e o poder é restituído ao Xá Reza Pahlevi, que impõe um regime autoritário com fortes ligações aos EUA. Kinzer, S. (2003). All the Shah's men : an American coup and the roots of Middle East terror. Hoboken, N.J.: J. Wiley & Sons., Bill, J. A. (1988). The eagle and the lion : the tragedy of American-Iranian relations. New Haven: Yale University Press.

⁷ Farber, D. R. (2004). Taken hostage : the Iran hostage crisis and America's first encounter with radical Islam. Princeton, N.J.: Princeton University Press, Harris, D. (2004). The crisis : the president, the prophet, and the Shah, 1979 and the coming of militant Islam, 1st Edition. New York: Little, Brown and Co.

corte de relações entre os dois países, os EUA assumiram um papel mais activo na defesa dos seus interesses no Golfo⁸ e apostaram no Iraque como novo parceiro estratégico na região.

Em 1980, a Administração Reagan viu o Iraque como um parceiro interessante no novo desenho estratégico, sobretudo dada a natureza secularista do seu regime (útil na contenção do fundamentalismo islâmico iraniano) e a sua riqueza petrolífera, que prometia manter a segurança do abastecimento do mercado da energia. No entanto, como receava as ambições expansionistas de Saddam Hussein, preferia manter o equilíbrio de forças entre Irão e Iraque. Consequentemente, adoptou durante o conflito uma política de neutralidade colaborante, que permitiu ao Iraque construir e manter um forte dispositivo militar e não ser derrotado na contra-ofensiva iraniana⁹, embora o apoio americano nunca tenha sido suficiente para assegurar a vitória iraquiana.

Em finais da década de 80, contudo, a linha essencial de conduta americana no Médio Oriente mantinha-se: os EUA procuravam a estabilidade na região através da parceria com o regime saudita e da aliança com uma outra potência regional - agora o Iraque, em vez do Irão - evitando o envolvimento directo na região. Mas a parceria com o Iraque era frágil. Já então existia uma forte desconfiança em Washington face às reais intenções do líder iraquiano¹⁰. Os

⁸ É no contexto pós revolução iraniana e pós invasão soviética do Afeganistão que é criado no exército americano *Rapid Deployment Joint Task Force* (RDJTF) em 1980, substituído em 1983 pelo *US Central Command* (CENTCOM), com responsabilidade de assegurar os interesses americanos e a segurança da região. Esta criação significa uma evolução considerável na estratégia americana, terminando com a ideia Nixon-Kissingeriana de defender os interesses americanos pelo patrocínio de potências regionais a favor de um envolvimento directo por parte dos EUA. Cordesman, A. (1998c). *US CENTCOM - Mission and History*. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: pp. 31, Cordesman, A. (1998d). *US CENTCOM and its Area of Operations*. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: pp. 31, Cordesman, A. (1998b). *US and USCENTCOM Strategy and Plans for Regional Warfare*. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: pp. 61.

⁹ Apesar de só ter restabelecido relações formais com o Iraque em 1984, a Administração Reagan já antes havia estabelecido uma cooperação com o Iraque, através de apoio militar e de intelligence. Battle, J. (2003). "Shaking hands with Saddam Hussein: the US tilt towards Iraq, 1980-1984." *Electronic Briefing Book* <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB82/index.htm> 2004(15 Dezembro).

¹⁰ A consciência da ameaça iraquiana levou os EUA a orientarem, desde 1989, os esforços de planeamento e programação do CENTCOM (divisão do exército americano responsável pela região do Médio Oriente) para um eventual ataque iraquiano ao Kuwait e Arábia Saudita. United States Central Command, *Operation Desert Shield/Desert Storm*, 11 July 1991. Executive Summary. Top Secret, 31 pp., pp. 2, disponível em Richelson, J. T. (2001). "Operation desert Storm: Ten Years Later." Ibid. <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB39/> (15 December).

piores receios confirmaram-se em 1990 com a invasão iraquiana do Kuwait e a ameaça à Arábia Saudita¹¹.

O FIM DA ESTRATÉGIA DA DUPLA ALIANÇA: A GUERRA DO GOLFO (1990-91)

O expansionismo iraquiano, revelado na invasão do Kuwait em 1990, era inadmissível para os EUA, pois colocaria toda o Golfo Pérsico, região do interesse vital dos EUA, sob domínio de uma única potência, ainda mais oposta aos interesses e valores ocidentais.

Na sequência da ofensiva iraquiana, o Presidente G. H. Bush assina, a 20 de Agosto de 1990, a *National Security Directive no. 45*¹², onde declara a invasão como uma ameaça aos interesses vitais americanos e admite o recurso ao uso da força, caso o Iraque se recusasse a retirar de solo kuwaitiano. Inicia-se a Operação Escudo do Deserto, com o desembarque de tropas americanas na Arábia Saudita e uma série de outras medidas de cariz político, militar e económico destinadas a levar à retirada das tropas iraquianas do Kuwait. A 17 de Janeiro de 1991 tornou-se claro que o Iraque não iria cumprir estas exigências, apoiadas por uma série de

¹¹ Sobre a ameaça à Arábia Saudita, esta resulta das informações de satélite que mostravam o posicionamento de tropas iraquianas ao longo da fronteira do Kuwait com o reino saudita. Restam ainda hoje dúvidas sobre a veracidade destas informações. Para uma discussão sobre o assunto, ver os “*Discussion Logs*” sobre “*Iraq Planning to Attack Saudi Arabia August 1990?*”, datados de Setembro de 2004, do H-DIPLO, disponíveis em <http://www.h-net.org>.

¹² George Bush, *National Security Directive 45, U.S. Policy in Response to the Iraqi Invasion of Kuwait*, August 20, 1990. Secret, 5 pp., disponível em Richelson, J. T. (2001). "Operation desert Storm: Ten Years Later." Electronic Briefing Book <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB39/> 2004(15 December). Esta NSD é especialmente importante porque define de modo claro e objectivo os interesses americanos no Golfo Pérsico, declarando a região vital para a segurança dos EUA (pp.1).

resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e iniciam-se os combates com a Operação Tempestade no Deserto¹³.

A retirada das tropas iraquianas deu-se então rapidamente: desde o início da Operação Tempestade no Deserto (17 de Janeiro 1991) até à declaração de libertação do Kuwait pelo Presidente Bush (27 Fevereiro de 1991), passam apenas dois meses. Mas mais difícil que ganhar a guerra seria ganhar a paz. No final das hostilidades, o Presidente Bush toma a polémica decisão de não continuar o combate até Bagdade, permanecendo fiel aos objectivos iniciais da missão - o fim da ocupação do Kuwait e o reconhecimento da independência e soberania deste Estado. Receava o vazio de poder no Iraque e o fim do equilíbrio tradicional entre Irão e Iraque; não encarou a possibilidade de liderar uma profunda mudança geopolítica na região. A permanência de Saddam Hussein viria no entanto a ter pesadas consequências.

Em 1991, os EUA eram ainda assim obrigados a uma alteração profunda da sua estratégia regional. Pela primeira vez, não podiam basear-se numa dupla aliança regional. À excepção da Arábia Saudita, nenhuma outra potência podia assegurar eficazmente o apoio aos interesses americanos. Como alternativa, os EUA procuraram fortalecer as suas relações com outras potências secundárias e apostaram na resolução do conflito israelo-palestiniano, como forma de retirar argumentos à retórica do fundamentalismo islâmico e do anti-americanismo e alcançar alguma paz regional. A Administração Clinton, com outra ordem de prioridades políticas e demasiado crente nas novas possibilidades do mundo unipolar, preferiu a via diplomática, económica e multilateral para manter o *status quo* regional favorável aos EUA. Mas os problemas cruciais da região do Golfo Pérsico continuaram por resolver.

¹³ A NSD 54, que precede esta Operação, define o novo contexto e objectivos políticos da nova fase do conflito. George Bush, *National Security Directive 54, Responding to Iraqi Aggression in the Gulf*, January 15, 1991. Top Secret, 3 pp., disponível em Ibid.

A DUPLA CONTENÇÃO: UMA AVALIAÇÃO

“From Containment to Enlargement”

Anthony Lake, Discurso de 21 Setembro 1993
John Hopkins University, Washington D.C.

“When such leaders sit atop regional powers, such as Iran and Iraq, they may engage in violence and lawlessness that threatens the US and other democracies. Such reactionary, “backlash” states are more likely to sponsor terrorism and traffic in weapons of mass destruction and ballistic missile technologies. They are more likely to suppress their own people, foment ethnic rivalries and threaten their neighbours. (...)

Our policy towards such states, so long as they act as they do, must seek to isolate them diplomatically, militarily, economically and technologically. (...)

When the actions of such states directly threaten our people, our forces, or our vital interests, we clearly must be prepared to strike back decisively and unilaterally (...)

We must always maintain the military power necessary to deter, or if necessary defeat, aggression by these regimes. Because the source of such threats will be diverse and unpredictable, we must seek to ensure that our forces are increasingly ready, mobile, flexible and smart...”

A postura delineada pelo presidente W. Clinton em relação ao Iraque e Irão ficou conhecida como a estratégia da “dupla contenção”¹⁴ e foi proclamada a 18 de Maio de 1993 por Martin Indyk (*Special Assistant to the President for Near East and South Asian Affairs at the National Security Council*) num discurso perante o *Washington Institute for Near East Policy*.

Apoiando-se na nova posição unipolar dos EUA e no fim dos constrangimentos da Guerra Fria,

Indyk declara que os EUA não podem continuar a apostar numa estratégia de balança de poder no Golfo Pérsico, com a paridade antagónica entre Irão e Iraque. Os EUA assumiriam a contenção aos dois regimes, como o apoio dos seus aliados regionais e internacionais. A retórica da contenção foi reforçada em Setembro, no emblemático discurso de A. Lake (*Assistant to the President for National Security Affairs*) perante a audiência na John Hopkins University (ver caixa ao lado). Os objectivos da contenção eram claros: mudar os regimes, ou pelo menos o seu comportamento ostensivamente anti-americano; evitar a proliferação

¹⁴ A primeira formulação de uma dupla contenção é feita ainda com o Presidente George H. Bush, com a promulgação do *Iran-Iraq Arms Nonproliferation Act*, em 1992, onde pela primeira vez é delineada uma estratégia de contenção conjunta para os dois países. O'Sullivan, M. L. (2003). *Shrewd sanctions: statecraft and state sponsors of terrorism*. Washington D.C.: The Brookings Institution, pp. 52.

nuclear e o fomento do terrorismo islâmico; e impedir o domínio do Golfo Pérsico por potências contrárias aos interesses americanos na região.

A estratégia de dupla contenção herda alguns elementos das estratégias anteriores: a protecção dos aliados americanos no Golfo e de Israel, e a importância da segurança dos abastecimentos energéticos. Mas, no essencial, ela representa um corte com o passado. Pela primeira vez, os EUA abandonam a ideia de balança de poder regional¹⁵. Contam isolar os dois países na região através da cooperação com os aliados americanos no Golfo e, no sistema internacional, através de uma actuação multilateral concertada de bloqueio económico, comercial e político. Tal isolamento conduziria à mudança dos regimes ou, pelo menos, a uma mudança do comportamento dos regimes, eliminando assim as ameaças à estabilidade regional.

A dupla contenção baseava-se em dois princípios que cedo se revelaram frágeis: 1) o poder dos EUA no mundo pós Guerra Fria era imenso e o momento unipolar reflectir-se-ia no aumento da capacidade de dissuasão e coerção americana junto de aliados e inimigos; 2) os regimes iraniano e iraquiano eram economicamente sensíveis e as sanções económicas surtiriam os desejados efeitos de mudança de comportamento dos regimes, senão mesmo de mudança do próprio regime.

O primeiro princípio levou os EUA a presumir que iriam contar com apoio multilateral e regional na imposição de sanções aos dois países alvo. No entanto, este apoio internacional nem sempre se verificou. No caso iraquiano, houve um maior consenso quanto à aplicação de sanções ao regime de Saddam Hussein, na medida em que estas estavam enquadradas numa série de resoluções do Conselho de Segurança da ONU datadas do período da Guerra do Golfo de 1991. Mas as opiniões sobre a forma de aplicação dessas

¹⁵ Sobre o conceito, objectivo e funcionamento da teoria da balança de poder, ver Dougherty, J. and R. P. Jr. (2003). Relações Internacionais: as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, pp. 53-55.

medidas e as exceções a admitir foram sempre divergentes entre EUA e algumas outras potências internacionais. A França, Rússia e China, em especial, pressionaram sempre no sentido do suavizar das sanções, sob argumentos humanitários, tendo interesse em impedir o domínio do Médio Oriente e dos seus recursos pelos EUA¹⁶. O impacto destas pressões no falhanço da contenção iraquiana é difícil de ser provado com exactidão, mas relatórios recentes não hesitam em afirmar que o programa Petróleo por Alimentos “salvou a economia de Bagdade do estado terminal criado pelas sanções”, permitindo não o aliviar do sofrimento da população mas novos fundos para que o regime prosseguisse com a sua política de procura de armamentos nucleares e armas de destruição maciça.¹⁷

No caso iraniano, o consenso multilateral nunca foi plenamente alcançado. Embora tanto europeus como americanos concordassem quanto à ameaça do fundamentalismo islâmico iraniano e aos perigos de nuclearização do regime, a abordagem adoptada para lidar com essa ameaça foi sempre diferente: os europeus defendiam um diálogo construtivo com o Irão, afirmando que o isolamento do regime apenas contribuiria para o reforço do seu conservadorismo político e agressividade na procura do rearmamento e das opções nucleares; os EUA, pelo contrário, contrariavam esta política europeia com uma retórica agressiva apoiada num crescente isolamento do regime em termos económicos e militares¹⁸. O regime iraniano explorou bem as diferenças transatlânticas a seu favor, para além de ter contado

¹⁶ Em 1995, foi em grande parte com o patrocínio destas potências que foi criado o programa Petróleo por Alimentos, permitindo ao Iraque exportar uma parte do seu petróleo em troca de alimentos para a população em sofrimento com os efeitos das sanções e a ingerência do regime. Dois anos mais tarde, e na sequência de mais uma crise entre os EUA e o Iraque pelas barreiras do regime iraquiano às inspecções da UNSCOM, é também a dupla franco-russa que persuade os EUA a abdicar do uso da força militar em troca de mais um fútil compromisso iraquiano em aceitar as inspecções. Um relato pormenorizado das relações entre EUA e Irão-Iraque durante a década de 90 pode ser encontrado em Freedman, R. O. (1999). "U.S. policy toward the Middle East in Clinton's second term." Middle East Review of International Affairs vol. 3(No. 1).

¹⁷ Duelfer, C. (2004). Comprehensive report of the Special Adviser to the DCI on Iraq's WMD. Washington D. C., pp. 1.

¹⁸ A tensão transatlântica em relação ao problema iraniano atingiu o seu clímax em 1996, quando com a aprovação do Iran-Libya Sanctions Act (ILSA) os EUA ameaçam com sanções contra empresas estrangeiras que invistam mais de 40 milhões de dólares no sector energético iraniano, colocando em mira algumas empresas europeias e asiáticas. Ver Freedman, R. O. (1999). "U.S. policy toward the Middle East in Clinton's second term." Middle East Review of International Affairs vol. 3(No. 1).

durante todo este período com o apoio da China e da Rússia. Com este apoio prosseguiu o desenvolvimento do seu programa nuclear e obteve os fundos necessários à manutenção da repressão interna – pelas receitas da venda do seu petróleo.

O princípio da susceptibilidade dos regimes às sanções, sobretudo às sanções económicas, também se demonstrou errado¹⁹. Ambos os regimes aproveitaram os benefícios do mundo globalizado e das redes transnacionais que escapam ao controlo estatal para ultrapassar o estrangulamento económico. Mais ainda, as sanções tiveram elevados custos nas populações e em pouco afectaram a elite governante, que prosseguiu com a sua política ditatorial e a não distribuição dos cada vez mais escassos rendimentos nacionais. O elevado impacto humanitário das sanções e a política americana na região foram utilizados pelos regimes para reforçar o seu poder interno e atentar à imagem dos EUA, acusando-os de neocolonialismo e imperialismo militar, ganhando aí uma inesperada ajuda com as críticas que surgiram no seio da própria opinião pública e académica internacional e americana face aos efeitos nefastos das sanções, quer no caso dos regimes alvo²⁰, quer para a economia e política americanas²¹.

A parceria americana no Golfo estava assim reduzida à aliança com a Arábia Saudita, e a sua manutenção exigia a presença continuada de um forte contingente militar americano em solo saudita, como forma de conter o Iraque e garantir a segurança dos poços petrolíferos da região do Golfo Pérsico, ainda na esfera de influência americana. Esta presença americana

¹⁹ Existem diversos estudos sobre a natureza dos regimes e a sua vulnerabilidade a sanções, como por exemplo Niblock, T. (2000). "Irak, Libye, Soudan: efficacité des sanctions?" *Politique Étrangere* 1: 95-108, Oudraat, C. d. J. (2000). "Making Economic Sanctions Work." *Survival* vol. 42(No. 3, Autumn 2000): pp. 105-27, Brooks, R. A. (2002). "Sanctions and Regime Type: what works, and when?" *Security Studies* vol. 11(No. 4, Summer 2002): 1-50, O'Sullivan, M. L. (2003). *Shrewd sanctions: statecraft and state sponsors of terrorism*. Washington D.C.: The Brookings Institution.

²⁰ Haass, R. (1997). "Sanctioning Madness." *Foreign Affairs* Vol. 76(No. 6 November/December 1997), Mueller, J. and K. Mueller (1999). "Sanctions of Mass Destruction." *Foreign Affairs* vol. 78(No. 2 May/June 1999).

²¹ Os custos da contenção na economia americana não foram estudados com precisão, mas um estudo do Institute for International Economics apontava, em 1995, um custo entre \$15 e \$19 biliões de dólares em mercadorias que não foram exportadas para 26 países alvos de sanções nesse ano. Estudos disponíveis em <http://www.iie.com/publications/papers>.

tinha enormes custos políticos. A Arábia Saudita vivia na década de 90 sob crescentes pressões internas, de dois sentidos: por um lado, a maioria da população pressionava no sentido da realização de reformas de liberalização política e económica; por outro lado, o regime autocrático e conservador saudita perdia cada vez mais o apoio fundamentalista, devido à sua aliança com os EUA, tornando-se o próprio reino saudita um palco de atentados terroristas islâmicos²². A ameaça de transformação interna do regime saudita ensombrou a possibilidade de manutenção desta estratégia de dupla contenção no longo prazo. Por outro lado, a contenção do Irão restringia a actuação americana na Ásia Central e Cáspio e o acesso aos recursos energéticos dessa região, na qual o Irão é um actor central²³.

Em suma, a política de dupla contenção tinha custos elevados para os EUA, sobretudo no campo geopolítico. Como estratégia no mundo globalizado pós Guerra Fria, a contenção revelou-se frágil, com problemas estruturais que recomendam prudência na sua aplicação.

Não nos cabe aqui reavaliar as difíceis escolhas perante as quais estava colocada a Administração americana no imediato pós-guerra, nem a sabedoria da decisão de conter simultaneamente os dois regimes. Talvez fosse impossível em 1991 aceitar um *modus vivendi* com o regime iraquiano, ainda que enfraquecido. Por outro lado, os EUA tinham de arranjar uma forma de manter o regime sob controlo, devido ao seu papel estratégico de equilíbrio regional e oposição ao fundamentalismo iraniano. O cálculo feito logo no final das hostilidades, quando Saddam reprimiu violentamente os levantamentos xiitas e curdos sob o olhar passivo das tropas americanas, foi precisamente o de evitar o colapso do regime de

²² (2004). Saudi Arabia Backgrounder: who are the islamists? I. M. E. Report. Amman/Riyadh/Brussels, International Crisis Group: pp. 24. Gunaratna, R. (2004). No interior da Al-Qaeda: rede global do terror. Lisboa: Relógio d'Água.

²³ Rashid, A. (2000). Taliban : militant Islam, oil, and fundamentalism in Central Asia. New Haven: Yale University Press, Dekmejian, R. H. and H. H. Simonian (2001). Troubled waters : the geopolitics of the Caspian Region. London ; New York: I.B. Tauris, Zorgbibe, C. (2002). Frontières et litiges en mer Caspienne. Géopolitique. juillet-septembre 2002: 33-37, Klare, M. T. (2004). Blood and oil : the dangers and consequences of America's growing petroleum dependency, 1st Edition. New York: Metropolitan Books.

Saddam, uma vez que o vazio de poder no Iraque favoreceria o expansionismo iraniano e poria em risco a segurança dos aliados americanos na região. Mas essa medida eliminou também as forças internas de oposição que teriam permitido, durante a década seguinte, mudar o regime de forma endógena.

Se em 1991 seria possível ou não reatar a política dos “dois pilares” e tentar uma aproximação ao regime iraniano é mais discutível. Durante a década de 90 houve algumas oportunidades de reaproximação, sobretudo em 1997-98 com a eleição do moderado Presidente Khatami. Mas a falta de resolução da postura americana perante os acontecimentos e os desenvolvimentos internos do Irão cedo inviabilizaram toda a possibilidade de mudança do regime, e em finais de 1998 os conservadores tinham reassumido o seu poder. Em todo o caso, é inegável que a estratégia americana teve importantes consequências no equilíbrio regional e na segurança dos EUA.

A situação em 2000, no final do mandato de Clinton, era portanto problemática. Os objectivos iniciais da contenção estavam longe de estar assegurados: a ameaça terrorista tinha-se fortalecido na década de 90, dados de *intelligence* apontavam para a nuclearização de ambos os regimes, e o comportamento anti-americano e radical dos Ayatollahs e de Saddam tinha endurecido. Internamente, o apoio à continuação das sanções era fraco, com a maioria republicana no Congresso a pressionar para uma postura mais agressiva na região. Na cena internacional, os EUA eram cada vez mais criticados pela sua política pouco dialogante e unilateral.

A insustentabilidade da dupla contenção veio a revelar-se claramente com os ataques de 11 de Setembro de 2001.

O neoconservadorismo, o 11 de Setembro e a nova estratégia americana no Médio Oriente

“Whether a man is burdened by power or enjoys power; whether he is trapped by responsibility or made free by it; whether he is moved by other people and outer forces or moves them – this is of the essence of leadership.”
Theodore H. White

O NEOCONSERVADORISMO

O pensamento neoconservador é um dos maiores desafios intelectuais do nosso tempo. Ele nasce na década de 70 com o desencanto de vários intelectuais democratas com o rumo do liberalismo na América e a fraqueza da oposição de Carter ao comunismo soviético. Muitos destes intelectuais fizeram então uma gradual transição para o Partido Republicano, apoiando a nova liderança Reagan na sua luta ideológica e militar ao comunismo.

Durante o período da Guerra Fria, o movimento neoconservador reuniu-se em torno do combate ao comunismo, argumentando que esta luta deveria ser feita na junção da promoção dos valores e liberdades da democracia ocidental com uma postura militar de força, efectivamente capaz de apoiar a promoção deste ideário e dissuadir o avanço comunista. Durante estas décadas, no entanto, a matriz do pensamento neoconservador manteve-se um pouco dúbia, na medida em que as pressões da luta anticomunista obrigavam frequentemente a uma cedência dos princípios à lógica realista, evidenciada no apoio tácito dos EUA aos regimes ditatoriais de direita em todo o mundo²⁴.

²⁴ Esta cedência veio a ficar conhecida como a Doutrina Kirkpatrick, nome da intelectual neoconservadora, Jeane Kirkpatrick, que em 1979 escreve um artigo na *Commentary* onde critica a Administração Carter por pressionar os

O fim da Guerra Fria representou uma evolução no pensamento neoconservador. Os EUA tinham-se tornado na única superpotência, sem rival à altura nem ameaça concreta e imediata. Para muitos americanos, era chegado o tempo da atenção nacional ser redireccionada para os problemas internos, tendo como dado adquirido a proeminência militar e económica americana no mundo. Mas para os neoconservadores este era um dado longe de estar adquirido.

Durante a década de 90, os neoconservadores argumentaram continuamente a favor de uma política externa menos acomodacionista. No novo contexto pós-Guerra Fria, o objectivo principal dos EUA seria manter a sua preponderância no sistema internacional, evitando a emergência de qualquer potência rival. *“What should be that role (of the United States in a post-Cold War world)? Benevolent global hegemony. Having defeated the “evil empire”, the United States enjoys strategic and ideological predominance. The first objective of U.S. foreign policy should be to preserve and enhance that predominance by strengthening America’s security, supporting its friends, advancing its interests, and standing up for its principles around the world.”*²⁵ Para atingir tal objectivo, os neoconservadores definem três linhas de actuação: 1) manter e aumentar a supremacia militar americana, factor último do poder; 2) mobilizar a opinião pública em torno da actuação externa americana e do seu papel mundial; e 3) clareza moral, delineando uma política externa que obedeça a critérios morais, na crença de que os valores americanos não estão em contradição com os seus interesses, bem pelo contrário.

É no critério da moralidade que se insere um importante elemento da nova estratégia americana, sobretudo desde a chegada à Casa Branca do Presidente George W. Bush: a

regimes aliados ditatoriais de direita no sentido de reformas democráticas, sem que a mesma postura de força existisse face aos regimes comunistas. Embora o seu artigo revelasse ambiguidade no tom da crítica (era crítica à pressão sobre os aliados ou à não pressão sobre os inimigos comunistas?), desde então foi largamente interpretado como uma defesa de acomodação táctica face às ditaduras de direita. Citado em Mann, J. (2004). Rise of the Vulcans : the history of Bush's war cabinet. New York: Viking, pp. 91.94.

²⁵ Kristol, W. and R. Kagan (1996). "Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy." Foreign Affairs Vol. 75(No. 4 July/August): 18-32, pp. 20.

promoção activa da democracia além fronteiras. A importância acordada pelos neoconservadores à promoção da democracia e dos valores americanos tem uma dupla natureza: estratégica e teórica. Estrategicamente, é consensual que a natureza democrática dos regimes favorece a defesa dos interesses americanos. Por outro lado, as democracias tendem a ser regimes mais estáveis a longo prazo e contribuem para a paz mundial, na medida em que as democracias não fazem a guerra entre si²⁶. Esta lógica é complementada no pensamento neoconservador por uma tendência para a actuação segundo critérios morais e para a defesa dos valores e da democracia, sobretudo devido à influência da luta bipolar e dos ensinamentos de Leo Strauss²⁷.

No contexto da defesa da unipolaridade e da actuação moral, é possível identificar uma série de outras linhas chave do neoconservadorismo na política externa. Em primeiro lugar, os EUA não devem limitar a sua actuação por obrigações institucionais ou multilaterais pré-existentes e baseadas na conjugação de vários interesses em disputa. Os neoconservadores não rejeitam as alianças, mas preferem alianças *ad hoc* lideradas pelos EUA a favor de um determinado objectivo.²⁸ Em segundo lugar, a manutenção da supremacia americana implica um papel mais activo a nível regional, sobretudo em zonas estratégicas como o Médio Oriente, para evitar que uma potência hostil domine uma região cujos recursos sejam suficientes para lhe dar poder global. Em terceiro lugar, e face às novas ameaças transnacionais da proliferação das armas de destruição maciça e do terrorismo, os EUA teriam de adoptar

²⁶ Sobre a importância estratégica da democracia, ver por exemplo Ikenberry, G. J. (1999). "Why Export Democracy?: The "Hidden Grand Strategy" of American Foreign Policy." The Wilson Quarterly vol. 23(no. 2).

²⁷ Sobre pensamento neoconservador e influência de Strauss, ver Mann, J. (2004). Rise of the Vulcans : the history of Bush's war cabinet. New York: Viking, pp. 25-29. Stelzer, I., Ed. (2004). Neo-conservatism. London, Atlantic Books.

²⁸ Esta política de ambiguidade e desconfiança face às instituições multilaterais e a alianças permanentes não é uma característica particular dos neoconservadores; ela está patente em anteriores administrações. Forman, S. and S. Patrick (2001). Multilateralism and U.S. foreign policy: ambivalent engagement. Boulder, Co.: Lynne Rienner Publishers. Luck, E. C. (1999). Mixed messages : American politics and international organization, 1919-1999. Washington, D.C.: Brookings Institution Press. Malone, D. and Y. F. Khong (2003). Unilateralism and U.S. foreign policy : international perspectives. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Publishers.

uma estratégia ofensiva, admitindo a possibilidade de ataques preemptivos²⁹ para eliminar ameaças e a criação de um sistema de defesa anti-míssil. Estas linhas de actuação já estavam presentes num *draft* do *Defense Planning Guide*, datado de 1992³⁰, e vieram a ser pela primeira vez oficializadas com a *National Security Strategy* de 2002³¹.

Até aos acontecimentos de 11 de Setembro, os EUA edificaram a sua estratégia de eliminar os constrangimentos institucionais à actuação americana, ao mesmo tempo que mostravam uma relativa indiferença face às pressões aliadas, bem patente nas declarações de G. W. Bush em 2000, na sequência de uma visita à Europa: *"I went to Europe a humble leader of a great country and stood my ground. (...) And I went to dinner (...) with fifteen leaders of the European Union and patiently sat there as all 15, in one form or another, told me how wrong I was. And at the end I said: I appreciate your point of view, but this is the American position because it's right for America"*³². Mas foram de facto os atentados de 11 de Setembro que serviram de motor da estratégia ofensiva americana; eles foram o último argumento neoconservador.

²⁹ A lógica da prevenção é diferente da de preempção. No primeiro caso, a ofensiva acontece quando ainda há um desequilíbrio de forças, de forma a evitar o aumento de poder do inimigo; no caso da preempção, a ofensiva dá-se num contexto de equilíbrio de forças ou mútua vulnerabilidade, quando o ataque inimigo é eminente, sendo o objectivo do ataque preemptivo obstar a esse previsível ataque. A *National Security Strategy* de 2001 prevê precisamente a hipótese do ataque preemptivo no caso da ameaça terrorista: *"For centuries, international law recognized that nations need not suffer an attack before they can lawfully take action to defend themselves against forces that present an imminent danger of attack. Legal scholars and international jurists often conditioned the legitimacy of preemption on the existence of an imminent threat—most often a visible mobilization of armies, navies, and air forces preparing to attack. We must adapt the concept of imminent threat to the capabilities and objectives of today's adversaries. Rogue states and terrorists do not seek to attack us using conventional means. They know such attacks would fail. Instead, they rely on acts of terror and, potentially, the use of weapons of mass destruction—weapons that can be easily concealed, delivered covertly, and used without warning. (...) The United States has long maintained the option of preemptive actions to counter a sufficient threat to our national security. The greater the threat, the greater is the risk of inaction—and the more compelling the case for taking anticipatory action to defend ourselves, even if uncertainty remains as to the time and place of the enemy's attack. To forestall or prevent such hostile acts by our adversaries, the United States will, if necessary, act preemptively."* (2002). *National Security Strategy of the United States of America*. Washington D.C., The White House, pp. 15.

³⁰ Este *draft* secreto, elaborado sob a supervisão de Paul Wolfowitz durante a Administração de George H. Bush, veio a sair nas páginas dos jornais americanos. Gellman, B. (1992). "Keeping the U.S. First: Pentagon would preclude a rival superpower." *Washington Post*: A1 March 11. Tyler, P. E. (1992). "Pentagon drops goal of blocking new superpowers." *The New York Times*: 1, Column 4 24 Maio. Devido à forte contestação pública, o *draft* foi rescrito, perdendo o seu cariz neoconservador. Excertos podem ser encontrados em <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/iraq/etc/wolf.html>

³¹ (2002). *The national security strategy of the United States of America*. Falls Village, Conn.: Winterhouse Editions.

³² Noonan, P. (2001). "A chat in the Oval Office." *Wall Street Journal*: A18 25 June.

O SIGNIFICADO GEOPOLÍTICO DO 11 DE SETEMBRO

“There is America, hit by God in one of its softest spots. Its greatest buildings were destroyed, thank God for that. (...) What America is tasting now, is something insignificant compared to what we have tasted for scores of years. Our nation [the Islamic world] has been tasting this humiliation and this degradation for more than 80 years. Its sons are killed, its blood is shed, its sanctuaries are attacked, and no one bears and no one weeps. (...) I swear by God, who has elevated the skies without pillars, neither America nor the people who live in it will dream of security before we live it in Palestine, and not before all the infidel armies leave the land of Muhammad, peace be upon him. God is great, may pride be with Islam.” – Declarações de Osama bin Laden após os ataques de 11 de Setembro de 2001³³.

Todo os americanos sofreram com os ataques terroristas de 11 de Setembro; todo o mundo sofreu com eles. Sucederam-se inúmeros artigos e explicações sobre o sucedido, mas, num único ponto havia consenso entre a Administração americana, os seus críticos e os próprios terroristas: a política externa americana no Médio Oriente tinha cometido erros imperdoáveis e tinha de ser alterada.

Os atentados de 11 de Setembro despertaram as mentes da Administração Bush para a insustentabilidade da manutenção da política de dupla contenção herdada da Administração Clinton. A maior parte dos elementos da nova Administração Bush já haviam, em momentos anteriores da sua carreira, mostrado predisposição para uma postura mais agressiva dos EUA na cena internacional, claramente baseada na promoção de valores considerados universais e na defesa dos interesses americanos no mundo. No que respeita ao Médio Oriente, desde os anos 70 que elementos da Administração, em especial Paul Wolfowitz, tinham alertado para a

³³ Disponível em <http://www.doublestandards.org/alqa.html> Os oitenta anos de humilhação começaram com o “Acordo da Linha Vermelha”, pelo qual americanos pressionaram britânicos, então potência dominante na região, a desenhar uma linha no mapa do Golfo demarcava a zona onde o petróleo não poderia ser explorado por nenhuma potência sem a participação das outras, tentando assim ganhar algum domínio nos acordos petrolíferos regionais.

necessidade de uma posição de força dos EUA na região³⁴, para evitar que os recursos da região fossem dominados por uma potência hostil, externa ou regional, que ameaçasse os interesses regionais americanos e a própria segurança mundial pelo uso do petróleo como arma política.

Os atentados de 11 de Setembro trouxeram um sentido de urgência a estas propostas. Eles vieram revelar que os custos do fracasso da contenção eram maiores que o pensado. A estratégia e posicionamento militar americano no Golfo davam argumentos aos fundamentalismos islâmicos, que ameaçavam não só a estabilidade da região como cada vez mais a própria segurança dos EUA e do mundo. Por outro lado, as possibilidades de aliança entre os regimes hostis alvo da contenção, que procuravam activamente armas de destruição maciça, e os grupos terroristas fazia prever cenários catastróficos. Nesse sentido, os novos inimigos da América são não só os terroristas como também os regimes “fora-da-lei. *“Our nation will continue to be steadfast and patient and persistent in the pursuit of two great objectives. First, we will shut down terrorist camps, disrupt terrorist plans, and bring terrorists to justice. And, second, we must prevent the terrorists and regimes who seek chemical, biological or nuclear weapons from threatening the United States and the world.”*³⁵

A definição da actuação americana pós-11 de Setembro incorporou a maioria das propostas neoconservadoras – ataques preemptivos, mudança de regime, democratização, presença militar regional, combate ideológico,... A principal preocupação seria alterar a política americana no Médio Oriente, criando aí um espaço favorável aos interesses ocidentais e que eliminasse a ameaça ideológica e militar do fundamentalismo islâmico e do nacionalismo expansionista iraquiano. Naturalmente, tal só seria possível se a vaga de democratização se estendesse à região. Como? Desde logo pela mudança do regime iraquiano, criando um

³⁴ Mann, J. (2004). *Rise of the Vulcans : the history of Bush's war cabinet*. New York: Viking, pp79-89.

³⁵ Bush, G. W. (2002). President Delivers State of the Union Address. Washington D.C., The White House.

Estado democrático que servisse de modelo e impulsionasse as reformas nos restantes regimes da região. Paralelamente, seria feita pressão junto destes, em especial junto do regime iraniano, para abdicarem das posturas agressivas e se juntarem ao espaço de democracia e liberdade do hemisfério ocidental.

A escolha entre coerção e persuasão, entre mudança do regime iraquiano e pressão sobre o Irão, reflecte uma fina combinação de idealismo e moralidade teóricas com realismo pragmático. De facto, não existem critérios exactos que guiem as decisões políticas. Os argumentos morais nem sempre podem ser aplicados: na concretização da política externa, existe sempre uma análise realista de critérios de poder objectivos, que determinam igualmente o modo de actuação. “*In real life*”, escreve Condoleezza Rice, “*power and values are married completely. Power matters in the conduct of world affairs. Great powers matter a great deal (...) and the values of great powers matter as well.*”³⁶

A estratégia americana pós 11 de Setembro para o Médio Oriente representa efectivamente um corte com o passado acomodacionista e de dependência das potências regionais. Esta nova postura incorpora, sem dúvida, muitos dos traços do pensamento neoconservador. Mas razões do seu aparecimento têm também de ser compreendidas no enquadramento histórico da política americana na região e dos problemas que a dupla contenção criou para os EUA e para o mundo. Se as tentativas de imposição pacífica da ordem na região tivessem resultado, o esforço militar seria desnecessário. Fosse qual fosse a Administração americana em 11 de Setembro, ela teria delineado uma mudança de estratégia na região. É na forma como essa mudança seria feita, e nos princípios em que se basearia, que o neoconservadorismo tem relevância para a análise.

³⁶ Stelzer, I., Ed. (2004). Neo-conservatism. London, Atlantic Books, pp. 84.

Conclusão: Os Desafios da Democratização no Médio Oriente

Quase um século de política externa americana no Médio Oriente foi abruptamente terminado com os ataques de 11 de Setembro e a resposta americana. A mudança foi estrutural: de uma estratégia de contenção, eminentemente passiva, passou-se a uma estratégia activa de promoção da democracia.

A nova estratégia americana para o Médio Oriente espera vir a criar uma região estável, onde vinguem os princípios da democracia liberal, tal como sucedeu nas restantes regiões do globo desde finais do século XX. Mas esta é uma região particular, onde o sucesso deste objectivo está longe de ser seguro.

Muitos artigos têm sido escritos sobre a incompatibilidade do mundo islâmico com a democracia liberal, eminentemente por questões culturais. Não há espaço para enumerar as inúmeras objecções que já foram apresentadas, todas elas de acordo com uma teoria cultural da democratização que se foi impondo nos anos 90. Mas estes argumentos não fazem esquecer que outros semelhantes já foram apresentados antes para defender a incompatibilidade do catolicismo, budismo,... com a democracia ocidental e, no entanto, a democracia vingou sempre. A solução final para a combinação do islamismo com a democracia liberal continua ainda por encontrar. Outros argumentos, de ordem económica, não devem ser esquecidos nesta argumentação. Raros são os países ricos em recursos energéticos que alcançam a democratização, fruto do seu esquema económico e político. Mais ainda, a pobreza que grassa em quase todos os regimes do Médio Oriente dificulta a formação das condições necessárias à sustentação e consolidação do processo democrático. Por fim, a

estratégia de democratização forçada pelos EUA no Iraque comporta exigências e riscos significativos. Todas as tentativas históricas de mudança de regime deste tipo implicaram no seu sucesso um envolvimento duradouro e total (económico, militar, político e cultural) dos EUA no processo. Estarão os EUA de hoje, e a sua população, dispostos a suportar o custo deste processo?

Os perigos de um fracasso da estratégia americana no Médio Oriente devem ser tidos em conta. Um Iraque instável e fraco é campo de expansão do fundamentalismo iraniano e do terrorismo islâmico. Ele representaria uma ameaça a diversos aliados americanos e europeus, como a Turquia e a Arábia Saudita. Ele ameaçaria a estabilidade dos fornecimentos energéticos e a sobrevivência de Israel. O Iraque sempre foi uma peça central do puzzle do Golfo, e continua a ser, forte ou fraco, controlado ou hostil.

Bibliografia

(2002). The national security strategy of the United States of America. Falls Village, Conn.: Winterhouse Editions.

(2004). Saudi Arabia Backgrounder: who are the islamists? I. M. E. Report. Amman/Riyadh/Brussels, International Crisis Group: pp. 24.

Ambrose, S. E. (1993). Rise to globalism : American foreign policy since 1938, 7th rev. Edition. New York, N.Y., U.S.A ; Harmondsworth, Eng.: Penguin Books.

Battle, J. (2003). "Shaking hands with Saddam Hussein: the US tilt towards Iraq, 1980-1984." Electronic Briefing Book <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB82/index.htm> **2004**(15 Dezembro).

Benard, C. (2003). Civil democratic Islam: partners, resources, and strategies. Santa Monica, Arlington, Pittsburgh: Rand Corporation.

Bill, J. A. (1988). The eagle and the lion : the tragedy of American-Iranian relations. New Haven: Yale University Press.

Blanchard, C. M. (2004). Al Qaeda: statements and evolving ideology. CRS Report for Congress. C. R. Services. Washington D.C., Congressional Research Service: pp. 6.

Boix, C. (2003). Democracy and Redistribution. Cambridge: Cambridge University Press.

Boroumand, L. and R. Boroumand "Terror, Islam, and Democracy." Journal of Democracy **Vol. 13**(Num. 2): 5-20.

Brooks, R. A. (2002). "Sanctions and Regime Type: what works, and when?" Security Studies **vol. 11**(No. 4, Summer 2002): 1-50.

Brzezinski, Z. (1997). The grand chessboard : American primacy and its geostrategic imperatives. New York: Basic Books.

Bush, G. H. (1991). "Address to the Nation Announcing Allied Military Action in the Persian Gulf." <http://bushlibrary.tamu.edu/research/papers/1991/91011602.html> 2004(15 December).

Bush, G. W. (2002). President Bush Speech at West Point Academy. New York.

Bush, G. W. (2002). President Delivers State of the Union Address. Washington D.C., The White House.

Clarke, R. A. (2004). Against all enemies : inside America's war on terror. New York: Free Press.

Cordesman, A. (1998). Iran, Iraq and the structure of Gulf Alliances. Washington DC, Center for Strategic and International Studies.

Cordesman, A. (1998). US and USCENTCOM Strategy and Plans for Regional Warfare. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: pp. 61.

Cordesman, A. (1998). US CENTCOM - Mission and History. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: pp. 31.

Cordesman, A. (1998). US CENTCOM and its Area of Operations. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: pp. 31.

Cordesman, A. (1999). Are Energy Wars Still Possible. Strategic Energy Initiative. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies: 39.

Cordesman, A. H. (2001). Iraq and "Smart Sanctions": Reshaping US Policy in the Gulf. Washington DC, Center for Strategic and International Studies.

Cordesman, A. (2002). The U.S. and the Middle East: Energy Dependence, Demographics and the Myth of Oil Wealth. Washington D.C., Center for Strategic and International Studies.

Cravinho, J. G. (2002). Visões do mundo: as relações internacionais e o mundo contemporâneo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Daalder, I. H. and J. M. Lindsay (2003). America unbound : the Bush revolution in foreign policy. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Dekmejian, R. H. and H. H. Simonian (2001). Troubled waters : the geopolitics of the Caspian Region. London ; New York: I.B. Tauris.

Dougherty, J. and R. P. Jr. (2003). Relações Internacionais: as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva.

Drezner, D. W. (1999). The sanctions paradox : economic statecraft and international relations. Cambridge, Eng. ; New York: Cambridge University Press.

Duelfer, C. (2004). Comprehensive report of the Special Adviser to the DCI on Iraq's WMD. Washington D. C.

Esposito, J. L. (2002). Unholy war : terror in the name of Islam. New York: Oxford University Press.

Farber, D. R. (2004). Taken hostage : the Iran hostage crisis and America's first encounter with radical Islam. Princeton, N.J.: Princeton University Press.

Forman, S. and S. Patrick (2001). Multilateralism and U.S. foreign policy: ambivalent engagement. Boulder, Co.: Lynne Rienner Publishers.

Freedman, R. O. (1999). "U.S. policy toward the Middle East in Clinton's second term." Middle East Review of International Affairs **vol. 3**(No. 1).

Fuller, G. E. (2004). Islamists in the Arab world: the dance around democracy. Carnegie Papers - Middle East Series. Washington, Carnegie Endowment for International Peace.

Gellman, B. (1992). "Keeping the U.S. First: Pentagon would preclude a rival superpower." Washington Post: A1 March 11.

Gerges, F. A. (1999). America and political Islam : clash of cultures or clash of interests? Cambridge, U.K. ; New York: Cambridge University Press.

Gunaratna, R. (2004). No interior da Al-Qaeda: rede global do terror. Lisboa: Relógio d'Água.

Haass, R. (1997). "Sanctioning Madness." Foreign Affairs **Vol. 76**(No. 6 November/December 1997).

Harris, D. (2004). The crisis : the president, the prophet, and the Shah, 1979 and the coming of militant Islam, 1st Edition. New York: Little, Brown and Co.

Hufbauer, G. C., J. J. Schott, et al. (2002). Economic sanctions reconsidered, 3rd Edition. Washington, D.C. London: Institute for International Economics ; Eurospan.

Ikenberry, G. J. (1999). "Why Export Democracy?: The "Hidden Grand Strategy" of American Foreign Policy." The Wilson Quarterly **vol. 23**(no. 2).

Katzman, K. (2003). Iran: Current Developments and U.S. Policy. Washington DC, Congressional Research Service.

Keckeis, Y. (2001). "USA: 1895-2000."
http://www.stoessel.ch/hei/hpi/usa_1895_2000_summary.pdf.

Kinzer, S. (2003). All the Shah's men : an American coup and the roots of Middle East terror. Hoboken, N.J.: J. Wiley & Sons.

Klare, M. T. (2004). Blood and oil : the dangers and consequences of America's growing petroleum dependency, 1st Edition. New York: Metropolitan Books.

Kristol, W. and R. Kagan (1996). "Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy." Foreign Affairs **Vol. 75**(No. 4 July/August): 18-32.

Little, D. (2002). American orientalism : the United States and the Middle East since 1945. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

Luck, E. C. (1999). Mixed messages : American politics and international organization, 1919-1999. Washington, D.C.: Brookings Institution Press.

Malone, D. and Y. F. Khong (2003). Unilateralism and U.S. foreign policy : international perspectives. Boulder, Colo.: Lynne Rienner Publishers.

Mándi, T. (2004). Conservatism as an Ideology Revisited. ECPR Joint Sessions of Workshops, Upsala.

Mann, J. (2004). Rise of the Vulcans : the history of Bush's war cabinet. New York: Viking.

McDougall, W. A. (1997). "Back to bedrock: the eight traditions of american statecraft." Foreign Affairs **76**(2): 134-146.

Mohaddessin, M. (2004). Enemies of the Ayatollahs : the Iranian opposition and its war on Islamic fundamentalism. London ; New York: Zed Books.

Mueller, J. and K. Mueller (1999). "Sanctions of Mass Destruction." Foreign Affairs **vol. 78**(No. 2 May/June 1999).

National Commission on Terrorist Attacks upon the United States., T. H. Kean, et al. (2004). The 9/11 Commission report : final report of the National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, Official government Edition. [Washington, D.C.]: National Commission on Terrorist Attacks upon the United States : For sale by the Supt. of Docs., U.S. G.P.O.

Niblock, T. (2000). "Irak, Libye, Soudan: efficacité des sanctions?" Politique Étrangere **1**: 95-108.

Noonan, P. (2001). "A chat in the Oval Office." Wall Street Journal: A18 25 June.

O'Sullivan, M. L. (2003). Shrewd sanctions: statecraft and state sponsors of terrorism. Washington D.C.: The Brookings Institution.

Ottaway, M., T. Carothers, et al. (2002). Democratic Mirage in the Middle East. Policy Brief. Washington, Carnegie Endowment for International Peace.

Oudraat, C. d. J. (2000). "Making Economic Sanctions Work." Survival **vol. 42**(No. 3, Autumn 2000): pp. 105-27.

Perle, R., J. Colbert, et al. (2000). A Clean Break: A New Strategy for Securing the Realm. Study Group on a New Israeli Strategy Toward 2000, The Institute for Advanced Strategic and Political Studies: 7.

- Pinto, M. d. C. (2003). "Infiéis na terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rashid, A. (2000). Taliban : militant Islam, oil, and fundamentalism in Central Asia. New Haven: Yale University Press.
- Rice, C. (2000). "Promoting the National Interest." Foreign Affairs **79**(1): 45-62.
- Richelson, J. T. (2001). "Operation desert Storm: Ten Years Later." Electronic Briefing Book <http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB39/> **2004**(15 December).
- Ross, M. L. (2001). "Does oil hinder democracy?" World Politics(April 2001): 325-361.
- Stelzer, I., Ed. (2004). Neo-conservatism. London, Atlantic Books.
- Taylor, A. R. (1991). The superpowers and the Middle East, 1st Edition. Syracuse, N.Y.: Syracuse University Press.
- Tillman, S. P. (1982). The United States in the Middle East, interests and obstacles. Bloomington: Indiana University Press.
- Tyler, P. E. (1992). "Pentagon drops goal of blocking new superpowers." The New York Times: 1, Column 4 24 Maio.
- Wantchekon, L. (1999). "Why do resource dependent countries have authoritarian governments?" <http://www.yale.edu/leitner/pdf/1999-11.pdf> **2004**(3 November).
- Woodward, B. (2004). Plan of attack. New York: Simon & Schuster.
- Yaqub, S. (2004). Containing Arab nationalism : the Eisenhower doctrine and the Middle East. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Zorgbibe, C. (2002). Frontières et litiges en mer Caspienne. Géopolitique. **juillet-septembre 2002**: 33-37.